

Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais

ANDES-SN – ANFFA-Sindical – ASFOC-SN – ASMETRO-SN* – ASSIBGE-SN
CGTB* - CNTSS* – CONDSEF – CSPB* - CSP/CONLUTAS – C.T.B* – CUT* -
FASUBRA - FENAJUFE - FENAPRF – FENASPS – INTERSINDICAL* - PROIFES* –
SINAIT – SINAL - SINASEFE – SINDCT - SINDIFISCO-Nacional – SINDIRECEITA –
SINTBACEN – UNACON-Sindical *Entidades Observadoras

PAUTA DA CAMPANHA SALARIAL 2018

EIXOS CENTRAIS :

- 1 - Correção salarial com aplicação do índice de 25,63% (DIEESE);
- 2 - Extensão dos índices da Lei 13.464/2017 para todos os servidores públicos federais;
- 3 - Cumprimento de todos os acordos assinados em 2015;
- 4 - Aplicação do valor de, no mínimo, 50% per capita da União para a manutenção dos planos de saúde dos servidores.

NEGOCIAÇÃO E POLÍTICA SALARIAL

1. Política salarial permanente com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias;
2. Pela retirada da proposta de Reforma da Previdência (PEC 287/16) e revogação da Reforma Trabalhista.
- 3- Pela retirada da MP 805/18(que aumenta a alíquota previdenciária e posterga reajustes concedidos em leis)
4. Data-base no dia primeiro de maio;
5. Direito irrestrito de greve e negociação coletiva no serviço público, com base na convenção nº 151 da OIT.
6. Pela revogação da Emenda Constitucional 95/2016 e da Lei 156/2016;
7. Paridade salarial entre ativos, aposentados e pensionistas;
8. Isonomia de todos os benefícios entre os poderes;

Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais
SCS Quadra 2 Ed. São Paulo – Sala 517 – Telefone: (61) 3321-2224
Cep.: 70.317-900 – Brasília/DF

Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais

ANDES-SN – ANFFA-Sindical – ASFOC-SN – ASMETRO-SN* – ASSIBGE-SN
CGTB* - CNTSS* – CONDSEF – CSPB* - CSP/CONLUTAS – C.T.B* – CUT* -
FASUBRA - FENAJUFE - FENAPRF – FENASPS – INTERSINDICAL* - PROIFES* –
SINAIT – SINAL - SINASEFE – SINDCT - SINDIFISCO-Nacional – SINDIRECEITA –
SINTBACEN – UNACON-Sindical **Entidades Observadoras*

9. Isonomia salarial entre os poderes;

10. Incorporação de todas as gratificações produtivistas;

PREVIDÊNCIA

1. Anulação da reforma da previdência de 2003 e contra a PEC 287/16;

2. Revogação do FUNPRESP e garantia de aposentadoria integral;

3. Fim da adesão automática ao FUNPRESP;

4. Aprovação da PEC 555/06, que extingue a cobrança previdenciária dos aposentados;

5. Aprovação da PEC 56/2014, que trata da aposentadoria por invalidez;

6. Extinção do fator previdenciário e da fórmula 90/100;

7. Contagem, no mínimo, em dobro, para redução de tempo de serviço, para efeito de aposentadoria, a periculosidade e a insalubridade, sem necessidade de perícia técnica individual.

CONDIÇÕES DE TRABALHO E FINANCIAMENTO

1. Liberação de dirigentes sindicais com ônus para o Estado, sem prejuízo das promoções e progressões na carreira e demais direitos trabalhistas. Pela revogação do Ofício MPOG 605/16-MP e garantia da manutenção do servidor na folha de pagamento;

2. Retirada dos projetos do Congresso Nacional que atacam os direitos dos SPF e aprovação imediata dos projetos de interesse dos SPF;

3. Fim da terceirização e toda forma de precarização. Revogação da Lei nº 13.429/17(terceirizações).

4. Fim da privatização no serviço público.

Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais
SCS Quadra 2 Ed. São Paulo – Sala 517 – Telefone: (61) 3321-2224
Cep.: 70.317-900 – Brasília/DF

Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais

ANDES-SN – ANFFA-Sindical – ASFOC-SN – ASMETRO-SN* – ASSIBGE-SN
CGTB* - CNTSS* – CONDSEF – CSPB* - CSP/CONLUTAS – C.T.B* – CUT* -
FASUBRA - FENAJUFE - FENAPRF – FENASPS – INTERSINDICAL* - PROIFES* –
SINAIT – SINAL - SINASEFE – SINDCT - SINDIFISCO-Nacional – SINDIRECEITA –
SINTBACEN – UNACON-Sindical *Entidades Observadoras

5. Criação de novas vagas para concurso público pelo RJU e reposição imediata de cargos vagos por exoneração, falecimento ou aposentadoria;

6. Revogação da lei de criação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPI) e Organizações Sociais (OS);

7. Fim dos cortes no orçamento federal e ampliação do financiamento público para qualificação dos serviços e servidores públicos;

8. Regulamentação da jornada de trabalho no serviço público, para o máximo de 30 horas semanais, sem redução de salário;

9. Garantir acessibilidade aos locais de trabalho no serviço público;

10. Contra a exigência de controle de ponto por via eletrônica no serviço público;

11. Pelo cumprimento dos Termos de acordo nº 01,03,04, 07,08,09,12,13,14,15,16,17,21,22,23/2015 e 10/16(CONDSEF e ASMETRO-SN), nº 02/15(CNTSS e FENASPS), nº 05/15(FASUBRA), nº 20/15(ASFOC-SN), nº 28/15(ASSIBGE), nº 25/15(UNACON-Sindical), nº 29/15(SINPECPF) , nº 31/15(SINAL e SINTBACEN), nº 02/16(SINDIFISCO-Nacional), nº 03/16(SINDIRECEITA), nº 04/16(SINAIT), nº 05/16(FENAPRF), nº 06/16(ANFFA-Sindical) e Lei 13.464/17 assinados com o Governo Federal.

12. Garantia plena da licença capacitação do servidor público.

EIXOS GERAIS: DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, COM FOCO NA REFORMA DA PREVIDÊNCIA.

- 1 – CONTRA O DESMONTE DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS
- 2 - PELA REVOGAÇÃO DA EC 95/16
- 3 – PELA REVOGAÇÃO DA REFORMA TRABALHISTA
- 1 – CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais
SCS Quadra 2 Ed. São Paulo – Sala 517 – Telefone: (61) 3321-2224
Cep.: 70.317-900 – Brasília/DF